

Notas e informações

O caos por um mandato

A *marcha da insensatez* — como chamamos certa feita a trajetória do governo José Sarney — encerra bom número de oportunidades perdidas. Agora, isolado no Planalto e submetendo-se cada vez mais aos desígnios daqueles que controlam a vontade do procônsul Guimarães, o presidente José Sarney perderá a última oportunidade que lhe resta de conduzir a crise para a saída democrática. Ou, por acaso, s. exa. não sabe que as medidas que tomam as primeiras páginas dos jornais, se postas em prática, acabarão por conduzir o País a um beco realmente sem saída e a uma solução possivelmente de força?

Na verdade, as oportunidades de fazer do Brasil uma nação aberta para o Exterior, integrando-se no grande impulso para a internacionalização da economia (ao qual não resiste a URSS de Gorbachev, nem a China, apesar da recente campanha do Exército contra o capitalismo), não estão sendo jogadas pela janela apenas pelos assessores do ministro Funaro, os quais se sentem seguros em seus cargos pela grande influência que exercem sobre o presidente da Constituinte, chefe do PMDB e procônsul da República. Foram desperdiçadas, já em 1982, pelo presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, que a pretexto de ganhar as eleições daquele ano — as quais acabou perdendo, diga-se de passagem, nos centros politicamente importantes do País — impediu o ministro Delfim Netto de negociar com o FMI enquanto o nível das reservas garantia o exercício irrestrito da soberania nas conversações. O resultado da teimosia em colocar a política antes de tudo — essa é, rigorosamente falando, a versão tupiniquim do *Politique d'abord!* — foi o que se viu: o presidente Reagan desembarcar em Brasília trazendo um cheque de um bilhão e 200 milhões de dólares do Tesouro norte-americano, a humilhação dos negociadores brasileiros e a recessão de 1983!

Em 1986, repetindo a lição que aprendera do chefe de governo a quem servira no Senado, o presidente José Sarney cometeu idêntico erro, igualmente funesto para a economia: em vez de introduzir as correções no Plano Cruzado já em maio ou junho, preferiu disputar as eleições de novembro sob o signo de popularidade alta. A partir do resultado delas, s. exa. diz que sacrificou sua popularidade no altar da reconstrução democrática. Ora, cabe perguntar em que seria afetado o processo político se o PFL tivesse feito mais governadores? Ou se o PTB tivesse eleito o sr. Antônio Ermírio de Moraes em São Paulo? Ou o PDS conquistado algumas posições de mando? Em nada. Pelo contrário, o que se viu foi que, vitorioso em todo o Brasil, o PMDB se tornou o carcereiro do presidente da República, que nada fará sem o aval do sr. Ulysses Guimarães.

A síndrome da transitoriedade ameaça fazer que se perca a última oportunidade de privilegiar a economia de mercado e de fazer sentir ao procônsul que o poder reside no Palácio do Planalto. No fundo, o presidente José Sarney teme que uma pequena fração dos membros da Assembleia Nacional Constituinte, aproveitando-se da crise econômica, decida reduzir seu mandato — fazendo de s. exa. de fato um chefe de governo provisório e transitório. O sr. José Sarney tem aliados poderosos na sua luta pelo mandato de seis anos — mas deve ter, igualmente, adversários de monta, desejosos de precipitar o País numa experiência pela qual nunca se passou, que é uma eleição presidencial direta em meio a uma crise econômica de vulto. Por isso, hesita — e ao hesitar permite que aqueles que se servem do procônsul imponham as suas políticas ao Planalto, que as executa como se fossem dele.

Não passará pela cabeça de ninguém a idéia de que o presidente da República seja

o inspirador das providências enunciadas como parte de mais um "pacote" contra o empresariado, especialmente os bancos e os capitais estrangeiros, além de ser dirigido contra os bancos credores internacionais. Todavia, parece claro que será levado a aplicá-las se esse for o preço que o PMDB, pela palavra do procônsul, cobrar para dar-lhe apoio na atual difícil situação e para garantir-lhe um mandato de seis anos, como quer o general Leônidas Pires Gonçalves, ou pelo menos um de cinco.

Ora, qualquer que seja o juízo que se faça sobre a oportunidade política e a juridicidade da fixação de um mandato presidencial diverso daquele consagrado na Constituição hoje vigente, resulta óbvio que trocar o mandato longo por medidas econômicas de cunho nitidamente antiempresarial e xenófobo será talvez lançar ao mar as últimas oportunidades de permitir que o Brasil se integre de fato ao Ocidente ao qual pertence — integração não apenas a nível econômico, mas igualmente cultural. Ou por acaso imagina o presidente José Sarney que, depois das medidas antiempresariais de que se tem notícia, os que decidem sobre seu mandato não irão impor-lhe outras, até chegar à famosa "revolução cultural" destinada a fazer triunfar a ciência tupiniquim sobre a ciência, e a reinventar a roda, ou a fabricar uma roda quadrada ou triangular, para orgulho dos que não gosam dos estrangeiros e dos empresários?

Convém ao presidente não se esquecer de que, se ceder às pressões da esquerda do PMDB, e daqueles que têm influência decisiva sobre o sr. Ulysses Guimarães, executando as providências econômicas que se anunciam, se tornará prisioneiro de quem não o respeita e certamente não o poupará quando se discutir a questão do mandato presidencial.